



A CONFERÊNCIA SOBRE ÉTICA E O DESENVOLVIMENTO DA CONCEPÇÃO DE ÉTICA DE WITTGENSTEIN

Matheus Colares do Nascimento¹

Resumo: O objetivo deste artigo é argumentar contra a tese sustentada pela leitura convencional a respeito do desenvolvimento da concepção de ética de Wittgenstein. Essa leitura defende que essa concepção passa por uma mudança, a qual deve ser considerada um mero subproduto do desenvolvimento da concepção de linguagem. Nesse contexto, a *Conferência sobre Ética* (LE) é um texto central, porque está localizada justamente no período de transição. Por esse motivo, para a leitura convencional, poderíamos reconhecer nesse texto elementos das duas concepções que conectam Wittgenstein tanto ao seu primeiro, quanto ao seu segundo período filosófico. Em especial, em relação à questão do uso dos exemplos e a sua relação com a concepção de definição real. Argumentaremos que essa interpretação não procede completamente. Com efeito, podemos identificar isso com relação à sua concepção de linguagem. Porém, com relação à sua concepção de ética, Wittgenstein reafirma suas conclusões tractarianas. Portanto, isso representa um traço de continuidade da sua concepção de ética.

Palavras-chave: Leitura convencional. Ética; Linguagem. Wittgenstein. *Conferência sobre Ética*.

1 Mestre em Filosofia pelo PPGFil-UFSC. E-mail: matheuscolares12@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0366926606317355>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3690-6288>.

LECTURE ON ETHICS AND THE DEVELOPMENT OF WITTGENSTEIN'S CONCEPTION OF ETHICS

Abstract: This paper aims at arguing against the thesis sustained by the standard reading regarding the development of Wittgenstein's conception of ethics. This reading holds that this conception undergoes a change, which is to be considered a mere side-effect of the development of his conception of language. Wittgenstein's *Lecture on Ethics* is a key text in this discussion, for it is located precisely in Wittgenstein's transitional period. For this reason, according to this reading we should notice there certain elements in both of his conceptions that allow us to link Wittgenstein both to his early and latter period. In particular concerning his attitude towards the use of examples and to the conception of real definition. We shall argue that this is not entirely correct. In effect, it is possible to identify there certain aspects relating Wittgenstein to his later thoughts about language. However, regarding his conception of ethics Wittgenstein restates his conclusions of the *Tractatus Logico-philosophicus*. Therefore, this amounts to a continuity in his conception of ethics.

Keywords: Standard Reading. Ethics. Language. Wittgenstein. *Lecture on Ethics*.

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é argumentar contra a leitura que chamamos de convencional² sobre o desenvolvimento da concepção de ética de Wittgenstein. Segundo essa leitura, o filósofo teria abandonado a sua concepção de ética do *Tractatus logico-philosophicus*³ (TLP) e dos *Diários* (NB) como efeito colateral do abandono da sua teoria pictórica da linguagem. Para esses autores, essa ruptura é articulada pelo desenvolvimento de novas concepções que marcam as reflexões filosóficas de Wittgenstein pós-1930: jogos de linguagem, semelhanças de família, formas de vida etc. Para esta leitura, a concepção de ética de Wittgenstein e o seu suposto desenvolvimento estariam subordinados a essas concepções.

Nesse contexto, a *Conferência sobre Ética* (CE) de 1930 merece um foco especial por ser um texto que se situa exatamente em um período supostamente transitório das reflexões filosóficas de Wittgenstein. Seguindo a linha de argumentação da leitura convencional, parece lícito supor que qualquer desenvolvimento na sua concepção de linguagem identificável nesse texto deveria atestar também um desenvolvimento na sua concepção de ética, tal como defendem, por exemplo, Walker (1968, p.222) e

2 Os autores que defendem esta leitura são: GLOCK, Hans-Johann. **Dicionário Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998; REDPATH, Theodor. **Wittgenstein and Ethics**. In: AMBROSE, Alice.; LAZEROWITZ, Morris. (Eds.). **Ludwig Wittgenstein: philosophy and language**. London: Routledge, 1972. p.95–119; RHEES, Rush. Some developments in Wittgenstein's ethics. **The Philosophical Review**, v. 74, n. 1, p. 17–26, 1965; RHEES, Rush. Ethical reward and punishment. In: GAITA, Raimond. (Ed.). **Value and Understanding**. London: Routledge, 1990. p. 179–193; WALKER, Jeremy. Wittgenstein's earlier ethics. **North American Philosophical Publications**, v. 5, n. 4, p. 219–232, 1968.

3 Abreviações: *Tractatus logico-philosophicus* (TLP), *Cadernos 1914-1916* (NB), *Conferência sobre Ética* (CE), *Investigações Filosóficas* (IF). Cf. referências completas no final. Outros textos de Wittgenstein não mencionados aqui serão citados na forma autor-data.

Rhees (1965, p.19).

Como efeito, podemos identificar nele certos indícios de um tal desenvolvimento com relação à questão da linguagem e de discussões metafisológicas. Em especial, com relação ao uso dos exemplos e à concepção de definição real. Como tentaremos mostrar, porém, não parece possível identificar neste texto uma mudança com relação à sua concepção de ética, tal como afirma a leitura convencional. Em sentido contrário, as posições tractarianas sobre essa questão são reafirmadas e recontextualizadas, quais sejam, de que a ética não trata de fatos, de que ela é inexprimível e corresponde a um domínio de valoração intrínseca. Isso mostra que a *CE* apresenta um avanço com relação à concepção de linguagem do *TLP* sem, porém, implicar numa ruptura com a sua concepção de ética. Nesse sentido, há uma continuidade na concepção de ética de Wittgenstein.

Para formularmos esse argumento, primeiramente faremos uma exposição de alguns conceitos de Wittgenstein no *TLP*, que nos permitirão compreender a sua caracterização da sua concepção de ética. Em seguida, nós mostraremos como a leitura convencional subsume a concepção de linguagem à concepção de ética para compreender a relação entre a *CE* e o *TLP*. Por fim, elaboraremos uma crítica a sua tese de que há uma ruptura na concepção de ética de Wittgenstein.

ÉTICA E LINGUAGEM NO *TRACTATUS LOGICO-PHILOSOPHICUS*

Tanto no *TLP* quanto nos *NB*, Wittgenstein é breve sobre a questão da ética. Dentre outras coisas, ele afirma que as expressões éticas não possuem sentido, contrariamente às proposições empíricas das ciências, portanto, tais expressões não podem ser consideradas proposições em sentido estrito (*TLP* 6.42). Para ele, a ética é transcendental, assim como a lógica (*TLP* 6.421, *NB* 24.7.16). Essas observações mostram que ética, linguagem e lógica estão, de fato, relacionadas em um sentido peculiar na obra. Contudo, como tentaremos mostrar, essa relação não é de subordinação conceitual, tal como sustenta a leitura convencional.

No *TLP*, a linguagem é concebida primariamente a partir da sua capacidade figurativa, o que é atestado pelas figurações que fazemos de possíveis estados de coisas (*TLP* 2.1). Essas figurações possuem um traço característico que é a bipolaridade (*TLP* 4.023). Isto é, independentemente de serem verdadeiras ou falsas, é uma condição necessária que tanto a afirmação quanto a negação do seu conteúdo projetivo sejam concebíveis. Para ele, tais estados de coisas são complexos de natureza ontológica e composicional. Isto quer dizer que eles são entidades complexas constituídas por partes simples e indeléveis a que Wittgenstein se refere como objetos simples, os quais existem concatenados nesses complexos de uma determinada maneira (*TLP* 2.02-2.021). Que os objetos sejam simples é um requisito

formal para a determinação interna do sentido das figurações⁴.

Para Wittgenstein, nós representamos sensivelmente esses complexos por meio de proposições (TLP 3.1). Por esse motivo, ele considera ser possível tratar complexos ontológicos e complexos linguísticos da mesma maneira (TLP 2.022, 3.14). Isto é, ele sustenta um isomorfismo estrutural entre tais complexos. Nesse sentido, a função representativa da linguagem também fica assegurada pela possibilidade de substituir nas proposições nomes simples que representam a articulação dos objetos tal qual na figuração de estados de coisas (TLP 3.2-21). Portanto, proposições devem possuir as mesmas propriedades atribuídas às figurações, por exemplo, a bipolaridade (TLP 2.223).

Disso se segue que proposições genuínas são apenas aquelas pertencentes ao domínio das ciências e os simples proferimentos na linguagem cotidiana (TLP 4.11, 5.5563). As proposições da lógica são a exceção a essa regra, Wittgenstein acredita que elas devem ser tratadas como um tipo singular de expressão (TLP 6.112). Embora elas sejam assim chamadas, elas não são proposições em sentido estrito, pois elas não representam “possíveis estados de coisas lógicos” (TLP 4.462). Tais estados de coisas deveriam ser necessários, dada a própria natureza necessária da lógica e, por esse motivo, feririam a condição essencial da bipolaridade. Nesse sentido, os complexos a que Wittgenstein, *latto sensu*, se refere como “proposições da lógica” são expressões sem sentido. Não obstante, elas ainda são consideradas uma parte legítima da linguagem, pois, elas deixam manifestas as propriedades lógicas de combinação entre proposições (TLP 4.4611), elas são, portanto, casos limítrofes da linguagem.

Para ele, por exemplo, é característico dessas proposições que ambos esses traços possam ser reconhecidos na própria forma em que nelas os sinais são combinados⁵. É para se referir ao reflexo dessas propriedades em proposições e como nós podemos nos referir a elas que Wittgenstein pela primeira vez se refere à distinção entre o que pode ser dito e o que é mostrado (TLP 4.12). Tal

4 Wittgenstein justifica esse requisito com uma cadeia interligada de reduções ao absurdo: se não houvesse partes combinatórias simples e fixas, o sentido de uma projeção não poderia ser determinado, pois a sua análise nunca chegaria a um termo. Com isso, não seria possível identificar a contribuição composicional de partes simples para a projeção de um complexo, isto é, para um estado de coisas em particular. Assim, não seria possível conceber a imagem que a figuração constrói, isto é, o seu sentido. Consequentemente, também não seria possível compará-la com a realidade para identificar o seu valor de verdade (TLP 2.0211-2.0212, 3.23.).

5 Podemos, por exemplo, reconhecer o caráter necessário da tautologia “ $p \vee \sim p$ ” antes mesmo de atribuir quaisquer significados aos seus termos. Na própria forma de combinação deles é possível ver que a proposição como um todo será verdadeira caso uma de suas proposições constituintes o seja. “ $p \vee \sim p$ ” mostra que suas condições de verdade são sempre verdadeiras sempre que p ou sua negação ocorrem. Portanto, ela é verdadeira em todos os casos possíveis (TLP 4.46).

distinção estabelece que as proposições empíricas convencionais projetam estados de coisas (isto é, dizem alguma coisa), porém, não podem projetar as próprias condições lógicas que permitem a projeção em primeiro lugar (TLP 4.121). Por outro lado, as expressões necessárias como as da lógica mostram alguma coisa, porém, nada dizem. Tal distinção pode ser vista, portanto, como estabelecendo uma distinção entre tipos de expressões: as proposições empíricas convencionais e expressões de necessidade (KUUSELA, 2011, p.604), algo que, segundo julgamos, é um aspecto central do TLP.

Julgamos também que este é um caminho útil para compreender o lugar da ética na obra. Assim como no caso da lógica – que também é um domínio não empírico – não é possível, para Wittgenstein, formular proposições éticas, afinal, não haveria algo como estados de coisas éticos necessários.

Segundo Wittgenstein, a ética também corresponde a um domínio necessário. A ideia de necessidade na ética é explicada a partir da ideia de valor. Segundo ele, um valor é geralmente concebido como necessário, pois o seu contrário não pode ser concebido (TLP 6.41), isto é, a sua negação não é permitida. Se isso fosse possível, uma expressão valorativa seria bipolar, isto é, uma proposição. Segundo Wittgenstein, porém todas as proposições possuem igual valor (TLP 6.4). Isso significa que as proposições, ou melhor, os estados de coisas que elas descrevem não possuem nada de especial que deva ser valorado por si mesmo. Afinal, é indiferente se um determinado estado de coisas ocorre ou não, porque a sua ocorrência é algo meramente casual (TLP 6.432). O aspecto necessário da ética pode ser evidenciado a partir do uso de vocabulário valorativo, por exemplo, “Tu deves...”. Em geral, quando obrigações do tipo são exigidas, o seu cumprimento não depende de algo casualmente determinado, mas corresponde a uma exigência absoluta. Expressões valorativas, portanto, não podem estar no mesmo patamar que proposições.

Se, porém, uma exigência do tipo não possui fundamento empírico, qual o seu fundamento? Isto é, em que nós nos baseamos para compreender o apelo valorativo que elas apresentam? Segundo julgamos, para melhor explicar isso é necessário recorrer ao que Raimond Gaita denomina de domínio do sentido, que é o domínio que organiza a nossa experiência do mundo e da vida a partir de um ponto de vista valorativo. A caracterização deste domínio apresenta uma certa complexidade, característica da própria compreensão de Wittgenstein da ética enquanto um domínio transcendental. Por um lado, há, como vimos uma separação conceitual nítida entre estados de coisas e valores, isso, por outro, não significa que não haja relação entre ambos. Para Wittgenstein, uma distinção conceitual precisa ser traçada, porque as duas coisas não estão em um mesmo plano; estados de coisas têm estatuto empírico e valores não. Por esse motivo, segundo Gaita, quando nós

nos engajamos em uma discussão ética e apelamos para o domínio do sentido nós não objetivamos iniciar um debate em torno de questões factuais (GAITA, 2004, p.49). Isto é, em geral, a discussão não envolve um conhecimento mais profundo da situação. Wittgenstein enfatiza este ponto em diversos lugares. Na *CE*, em especial, ele o coloca claramente mencionando a situação de um assassinato. Segundo ele, ao lermos uma “[...] descrição de um assassinato com todos os detalhes físicos e psicológicos [,][...] a mera descrição nada conterà que possamos chamar uma proposição *Ética*” (WITTGENSTEIN, 2005, p.218, *ênfase no original*).

Isso ocorre porque os pormenores empíricos relatados não possuem valor em si mesmos. Como Gaita afirma, o que importa nesta situação é algo que está por trás desses pormenores (GAITA, 2004b, p.116), a saber, o domínio do sentido. E quando nos engajamos discussões éticas o que fazemos é reafirmar o nosso apelo a este domínio, isto é, “tomar posição enquanto indivíduo e falar na primeira pessoa” (WAISMANN; MCGUINNESS, 1996, p. 117) e reconhecer o aspecto moral envolvido. Isto é feito com a esperança de que, dessa forma, nosso/a interlocutor/a ajuste a sua atitude moral com relação aos fatos em questão e/ou que ele/a compreenda quais orientações morais consideramos que estão por trás dele (GAITA, 2004, p.49).

A partir disso podemos entender o sentido em que Wittgenstein caracteriza a ética como transcendental. O domínio da ética é transcendental, porque ele é constituinte e, portanto, um aspecto incontornável e determinante da nossa experiência do mundo e da vida. Como afirma Gaita, os valores dão forma aos fatos (GAITA, 2004, p.52). Embora factualmente o mundo permaneça o mesmo, para pessoas com diferentes perspectivas valorativas, o mundo é totalmente diferente. Por esse motivo, Wittgenstein afirma: “O mundo do feliz é um mundo diferente do mundo do infeliz” (*TLP* 6.43).

Essa distinção ontológica entre o domínio dos fatos e dos valores nos leva a uma compreensão qualificada da interdição de Wittgenstein às proposições éticas. Pois, ela se é espelhada na distinção entre tipos de expressões. Como mencionado, para Wittgenstein *não há proposições lógicas em sentido estrito, porque ele não considera que as expressões lógicas projetem estados de coisas lógicos necessários*. Em sentido análogo, se considerarmos as expressões éticas apenas como juízos valorativos sem pretensão de sentido, parece que elas podem ser compreendidas como legítimas no contexto do *TLP* a partir deste mesmo raciocínio. Se o que Wittgenstein rejeita é o tratamento das expressões de necessidade como projeções necessárias, essa interdição se aplica apenas às caracterizações da ética enquanto um domínio constituído por um conjunto de fatos éticos necessários. Tal interdição, portanto, só se aplicaria a concepções teóricas de ética e não aos juízos valorativos do cotidiano (SATTLER, 2014, p.212), que, como vimos, são meros apelos ao domínio do sentido.

Veremos em seguida que, para a leitura convencional, Wittgenstein abandona essa concepção de ética posteriormente. Segundo ela, o início desse movimento já poderia ser percebido na *CE*, dado que neste texto Wittgenstein também apresenta mudanças com relação à sua concepção de linguagem.

A LEITURA CONVENCIONAL

Para os autores da leitura convencional⁶, a concepção de ética acima esboçada é abandonada como resultado do desenvolvimento filosófico de Wittgenstein. Em particular, com o desenvolvimento da sua concepção de linguagem, marcado pelo abandono da teoria pictórica. O que justifica isso, para esses autores, é o fato tomado como dado de que a sua concepção de ética é subordinada à sua concepção pictórica de linguagem no *TLP*⁷. Isso é identificável na seguinte afirmação de Rush Rhees, segundo ele, “[...] o que mantivera a ética, i.e., o valor absoluto, e o mundo dos fatos separados fora a sua ideia de uma forma lógica estrita do que pode ser dito” (RHEES, 1990, p.187).

Tal concepção de forma lógica, por sua vez, é produto de um comprometimento com a concepção de definição real. Embora Wittgenstein fosse um crítico profundo da filosofia metafísica, na época do *TLP* ele ainda firmara compromisso com um pressuposto filosófico caracteristicamente metafísico herdado de Frege e Russell, a saber, a concepção de definição real. (BAKER; HACKER, 2005, p.206). Segundo essa concepção, para uma definição ser adequada ela deve circunscrever de maneira precisa a propriedade *F*, em virtude da qual dizemos que um objeto cai sob um conceito (*Fx*). Isso deve ser feito de modo que a definição seja aplicável sem exceções para todos os casos relevantes (BAKER; HACKER, 2005, p.201).

A partir dessa ideia, Wittgenstein constrói a sua concepção sobre a sua própria

6 Cf. nota 2. Todas as traduções dos textos dos autores da leitura convencional são de nossa autoria, com exceção do texto de Hans-Johann Glock.

7 Outras citações mostram a assunção desse pressuposto por parte dos outros autores. Cf., por exemplo, “Como resultado disso [das mudanças na sua concepção de linguagem], afirmações arcanas acerca do caráter indefinível ou inefável de termos éticos dão lugar a investigações [...] acerca do uso de tais termos (GLOCK, Hans-Johann. **Dicionário Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p.144). Theodor Redpath, por sua vez, afirma: “Ao fazer isso [sustentar a sua concepção de linguagem descritiva] ele manufaturara a ‘prisão’ contra cujas paredes ele nos diz que é ‘perfeita e absolutamente sem esperança’ correr” (REDPATH, Theodor. Wittgenstein and Ethics. In: AMBROSE, Alice.; LAZEROWITZ, Morris. (Eds.). **Ludwig Wittgenstein: philosophy and language**. London: Routledge, 1972. p. 95–119, p.118). Para outras citações Cf. RHEES, Rush. Some developments in Wittgensteins ethics. **The Philosophical Review**, v. 74, n. 1, p. 17–26, 1965, p. 20-1; RHEES, Rush. Ethical reward and punishment. In: GAITA, Raimond. (Ed.). **Value and Understanding**. London: Routledge, 1990. p. 179–193, p. 187-8; WALKER, Jeremy. Wittgenstein’s earlier ethics. **North American Philosophical Publications**, v. 5, n. 4, p. 219–232, 1968, p.224.

atividade filosófica a partir de ideais tradicionais de generalidade e universalidade. Em NB 22.1.15, por exemplo, ele afirma que “*Toda* a minha tarefa consiste em esclarecer a essência da proposição. Quer dizer, indicar a natureza de todos os factos cuja imagem é a proposição. Indicar a natureza de todo o ser” (WITTGENSTEIN, 2004, p.60). Nesse mesmo sentido, no TLP 4.5, ele afirma que “[...] na descrição da forma proposicional mais geral, *apenas* o que lhe seja essencial pode ser descrito – caso contrário, ela não seria, é claro, a mais geral” (*ênfases no original*).

Isso que lhe é essencial é desvelado através de exercícios intelectuais de abstração, pois não existe de maneira pura nos casos que caem sobre o conceito a ser definido⁸, no caso o de proposição. Isso, por sua vez, leva atitude depreciativa para com o uso de exemplos que é nítida em NB 19.6.15, onde ele afirma que “Podemos falar de funções desta e daquela espécie sem ter em vista uma aplicação determinada. [...] [pois] falamos, por assim dizer, apenas das imagens originárias, abstraindo totalmente de quaisquer casos particulares”. Há nesta concepção uma assimetria entre exemplos e definições: os exemplos dependem da formulação de uma definição para dizermos que eles caem sob um mesmo conceito. Porém, a correção das definições independe da sua adequação aos exemplos, pois sem a propriedade comum que ela circunscreve, eles são um mero conjunto aleatório de casos. Nesse contexto, os exemplos não possuem qualquer função demonstrativa ou argumentativa; quando ou se são mobilizados, devem apenas corroborar indicar a existência da propriedade geral circunscrita. Sendo assim, como afirma Oskari Kuusela a função da definição é ser um referencial normativo, ao qual todos os exemplos devem conformar-se (KUUSELA, 2011, p.612-3).

Tais propriedades, como vimos, compõem a natureza figurativa da proposição e incluem, por exemplo, a bipolaridade. A partir desse pressuposto, a caracterização sobre a natureza da proposição se torna uma exigência de como as proposições devem ser, pois esses aspectos são encarados como condições *sine qua non*⁹ para a determinabilidade do sentido (TLP 3.23).

Como vimos, a única exceção a isso é as “proposições da lógica” e as expressões éticas. Para a leitura convencional, porém, essa distinção parece não valer para estas últimas. Isso é demonstrado em um certo número de passagens, mas Rush Rhees,

8 Na tradição russelliana em que Wittgenstein se insere, esse exercício é a análise lógica. Para Russell: “[...] o verdadeiro desiderato de uma definição como a de número não é que ela nos deve representar o mais próximo possível as ideias daqueles que não fizeram o processo de análise requerido para alcançar uma definição, mas que ela nos deve fornecer os objetos como tendo as propriedades requisitadas” RUSSELL, B. **Our Knowledge of the External World: as a field for Scientific method in philosophy**. London and New York: Routledge, 2009, p.165).

9 Cf. nota 4.

em particular, o afirma mais claramente¹⁰: “[...] ‘o valor absoluto existe fora do mundo dos fatos’ e ‘a necessidade lógica existe fora do mundo dos fatos’. Nenhum dos dois pode ser expresso, mas a necessidade lógica pode ser mostrada enquanto o valor absoluto não”¹¹ (RHEES, 1965, p.17).

Nesse sentido, a distinção teria apenas consequências negativas para a questão da ética, a qual passa a ser definida como inefável. O que se quer dizer a partir de um ponto de vista ético não poderia ser dito nem mesmo mostrado, seja em proposições dotadas de sentido ou em expressões éticas cotidianas de caráter pessoal. Tal como afirma Hans-Johann Glock: “Ao contrário do que ocorre com a estrutura lógica da linguagem, entretanto, o valor ético não é sequer mostrado em proposições dotadas de significado” (GLOCK, 1998, p.143). Em suma, isso testemunharia a incompatibilidade entre a sua concepção pictórica de linguagem e a sua concepção de ética.

Se o problema da concepção de ética de Wittgenstein no *TLP* se deve à sua concepção de linguagem, então, ele poderia ser resolvido a partir das mudanças que ocorreram posteriormente nesta última. A seguinte afirmação de Jeremy Walker é proeminente na colocação desse ponto¹², para ele:

10 Naturalmente, os outros autores da leitura convencional compartilham desse entendimento. Cf., por exemplo, a seguinte citação de Hans-Johann Glock: “Ao contrário do que ocorre com a estrutura lógica da linguagem, entretanto, o valor ético não é sequer mostrado em proposições dotadas de significado” (GLOCK, H.-J. **Dicionário Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p.143). Também nesta linha, Theodor Redpath relembra inúmeras ocasiões em que Wittgenstein afirmara “[...] with regard to some moral issue, that it was a ‘personal matter’” (REDPATH, T. Wittgenstein and Ethics. In: AMBROSE, A.; LAZEROWITZ, M. (Eds.). **Ludwig Wittgenstein: philosophy and language**. London: Routledge, 1972. p. 95–119, p.107). Tendo isso em mente, ainda segundo ele, “[...] if it is even possible for words to express personal opinions, then they can express something other than ‘facts’”. Coisa que Wittgenstein não permitiria, segundo essa leitura.

11 Rhees reafirma este ponto em um texto de anos depois: “(Para o *Tractatus*, eu não vejo como poderia haver, de qualquer forma, uma expressão de valor absoluto”. Isso porque, para o autor, uma expressão do tipo “[...] não teria se ajustado à afirmação do *Tractatus* de que ‘o que é ético não pode ser expresso’” (RHEES, R. Ethical reward and punishment. In: GAITA, R. (Ed.). **Value and Understanding**. London: Routledge, 1990. p. 179–193, p.186)

12 Novamente os autores da leitura convencional são uníssomos neste ponto. Rhees comenta brevemente que “Ele criticara observações deste tipo mais tarde [qual seja, do tipo que afirma que o valor absoluto não pode ser expresso] (RHEES, R. Some developments in Wittgensteins ethics. **The Philosophical Review**, v. 74, n. 1, p. 17–26, 1965, p.21). Para Glock, “[...]sua insistência na natureza inefável da ética é explicitamente estipulativa [...] Por detrás dessa estipulação, encontra-se a convicção de que a linguagem só pode expressar fatos[...] [novo parágrafo] Essa crença, que faz parte da teoria pictórica, é mais tarde abandonada (GLOCK, H.-J. **Dicionário Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p.144).

[...] quando ele [Wittgenstein] passara a rejeitar as doutrinas anteriores do significado, as proposições éticas puderam ser readmitidas no domínio das proposições com sentido. Pois, essas doutrinas foram a fonte principal [...] da sua caracterização acerca do que significava para uma proposição ter sentido (WALKER, 1968, p.224).

Posteriormente Wittgenstein reconsidera o seu compromisso com a concepção de definição real, o que o leva a reorientar a sua abordagem filosófica, por exemplo, com relação à questão da natureza da proposição e do uso dos exemplos. Podemos dizer que essa discussão assume a sua forma mais madura nas *IF*, com o desenvolvimento dos conceitos de jogos de linguagem, semelhanças de família e formas de vida. Consequentemente, para os autores da leitura convencional, isso teria acarretado como efeito colateral também uma mudança com relação à sua concepção de ética. A partir de agora, Wittgenstein estaria mais interessado nos “[...] modos nos quais as pessoas falam de ‘bom’ e ‘mau’ no curso de suas vidas; e também nos modos em que nós falamos de ‘problemas morais’ [...]”(RHEES, 1990, p.187-8). Sendo assim, não seria mais viável referir-se a uma essência da ética meramente a partir da forma das expressões éticas ou caracterizando-as como de expressões de valoração absoluta.

Esse era um procedimento supostamente característico do *TLP*, mas para a leitura convencional, como veremos, Wittgenstein também o repete na *CE*. Na próxima secção, veremos como a *CE* se situa em meio a esta transição e quais as implicações disso para a ética.

A *CE* como texto de transição e a concepção de ética de Wittgenstein

Em particular, a *CE* parece assumir um papel de destaque nessa discussão. Em primeiro lugar, porque ela é um dos poucos textos onde o filósofo se debruça sobre a questão da ética de maneira mais direta. Em segundo, porque ele se situa precisamente no período de transição entre o seu primeiro e segundo momento filosófico. No que concerne à nossa discussão, isso significa que ao mesmo tempo que esse texto pode apresentar ligações com a sua concepção tractariana de linguagem, ele deve também apresentar já indícios de ruptura em direção à sua nova abordagem. Uma vez que, para leitura em questão, a concepção de ética é subordinada à concepção de linguagem, deve ser possível identificar a mesma configuração para a ética. Isto é, uma ligação com a sua concepção de ética do *TLP* e, concomitantemente, indícios de ruptura com relação a ela. Para Rhees (1965, p.19; 1990, p.186) e Walker (1968, p.222, 229), por exemplo, é exatamente isso que acontece nesse texto.

O ponto nevrálgico da defesa desse ponto por esses autores é apresentado a partir da distinção proeminente na *CE* entre juízos de valor absolutos e relativos ou triviais (WITTGENSTEIN, 2005, p.216-8). Segundo Wittgenstein, há dois sentidos principais em que formulamos juízos de valor em geral, isto é, juízos que predicam “é bom” de algum objeto. Quais sejam, o sentido relativo do termo e o sentido absoluto, que Wittgenstein considera ser o sentido propriamente ético da palavra.

Para se referir ao primeiro sentido Wittgenstein se utiliza de alguns exemplos do tipo “esta é uma boa jogadora de futebol” ou “este é um bom vinho”. Nesses casos, segundo ele, nós julgamos com base em algum padrão ou propósito avaliativo pré-estabelecido. Segundo ele, “[...] a palavra bom [ou qualquer outro conceito ético] aqui tem somente significado na medida em que tal propósito tenha sido previamente fixado. De fato, a palavra bom (*sic*) no sentido relativo significa simplesmente que satisfaz um certo padrão predeterminado” (WITTGENSTEIN, 2005, p.217).

Para ele, porém, esses juízos não são genuinamente éticos. Isso porque essas formulações podem ser inteiramente traduzidas, de forma que tais associações éticas desapareçam. Por exemplo, uma boa jogadora é, no fundo, simplesmente alguém que possui certas habilidades; explicar por que a chamamos de boa significa descrever tais habilidades. Para Wittgenstein, essa intuição revela que: “[...] cada juízo de valor relativo é um mero enunciado de fatos e, portanto, pode ser expresso de tal forma que perca toda a aparência de juízo de valor” (WITTGENSTEIN, 2005, p.217). Tais juízos de valor são, na verdade, expressões descritivas, isto é, proposições. E o que é característico dessas expressões, para Wittgenstein, é que “não há proposições que em sentido absoluto sejam sublimes, importantes ou triviais” (WITTGENSTEIN, 2005, p.218). Ou seja, elas por si mesmas não apresentam apelos ao domínio do sentido ético.

Diferentemente, para Wittgenstein, os juízos de valor absolutos são genuinamente éticos, porque eles não se referem a algo de empírico, expresso por um padrão ou propósito predeterminado, mas carregam um apelo ao domínio do sentido ético que é *sobrenatural* – isto é, diferenciado do domínio natural dos fatos. Como dito anteriormente, eles são referências ao modo como nós encaramos os fatos, as ações, etc. Tais juízos podem representar um apelo para que nós reorientemos a nossa percepção das coisas, como sendo dotadas de valor e, por isso, são formulados como colocando sobre nós prescrições a serem observadas por elas mesmas e não com vistas a algo para além delas. Isso é perceptível no exemplo que Wittgenstein fornece. Ao afirmar “que extraordinário que o mundo exista” (WITTGENSTEIN, 2005, p.220), o que está em questão é chamar atenção para uma perspectiva sobre o sentido da existência e não para uma questão de cosmologia da forma como os

astrônomos a discutem.

Rush Rhees aponta corretamente que a adoção de uma exposição do tipo mostra já um movimento da parte de Wittgenstein em direção à sua abordagem multifacetada das *IF*. Para ele, isso pode ser medido a partir do papel que o uso de exemplos representa nela. Ele constata corretamente que, apesar de que neste texto “[...] ele [Wittgenstein] ainda pensava sobre a linguagem como primariamente uma questão de descrição. Mas a *Conferência sobre ética* começa a partir de exemplos muito mais do que o *Tractatus* (RHEES, 1965, p.19).

Com efeito, como afirma Beth Savickey, particularmente no período filosófico dos *NB* e do *TLP* o uso de exemplos é raro¹³ (2011, p.668). De acordo com a autora, isso é explicado pelo posicionamento metodológico depreciativo com relação ao uso de exemplos como ferramenta filosófica argumentativa que, como vimos, Wittgenstein adota nesses escritos. Posteriormente, Wittgenstein adota uma postura crítica com relação a essa posição. Ele afirma em referência à concepção de análise lógica de Russell e dele próprio que “[...] estávamos equivocados em não dar nenhum exemplo de proposições atômicas ou de indivíduos [leia-se, objetos simples]. Nós dois, de maneiras diferentes, deixamos a questão dos exemplos de lado” (WITTGENSTEIN, 2001, p.11). A partir disso, a sua posição com relação ao uso de exemplos também passa por modificações. Ao longo desse período e até as *IF*, a ocorrência de exemplos apresenta um aumento exponencial nos seus escritos (SAVICKEY, 2011, p.668). Além disso, a mobilização de exemplos assume um papel gramatical. Este ponto fica claro a partir do parágrafo 71 das *IF*, onde Wittgenstein afirma o seguinte após mostrar como se pode explicar via exemplos:

Mas com essa expressão não quero dizer que essa pessoa deva ver agora nesses exemplos o algo comum que eu – por alguma razão – não posso exprimir. Mas sim que tal pessoa deva agora *empregar* esses exemplos de um determinado modo. A exemplificação não é aqui um meio *indireto* de elucidação [isto é, de explicação], – na falta de outro melhor. Pois toda elucidação geral pode também ser mal compreendida. [a exemplificação tem o objetivo de mostrar] Eis *como* jogamos o jogo (*IF* 71, ênfases no original).

Neste sentido, a exemplificação passa a ter o papel fundamental de chamar atenção para determinados aspectos das nossas práticas conceituais e linguísticas – como o jogo é jogado. A exigência por definições e explicações por meio delas faz com que tais aspectos eventualmente sejam propositalmente ignorados, levando, assim, à reificação de certos modos de expressão e, por conseguinte, ao dogmatismo.

13 Segundo a autora, há certa de três dúzias de exemplos no *TLP* e nos *NB* de Wittgenstein (SAVICKEY, 2011, p.669). Isso pode não ser uma quantidade tão pequena assim, mas é inegável a diferença no papel que esse uso dos exemplos apresenta nas *IF*. Eles se tornam elementos constituintes da argumentação filosófica de Wittgenstein.

Frente a isso, o objetivo desse método é justamente colocar em xeque certas posições problemáticas – por exemplo, o dogmatismo com relação às definições reais – e com isso trazer clareza para a investigação filosófica (KUUSELA, 2011, p.680; SAVICKEY, 2011, p.614)

Retomando agora a questão da *CE*, Rush Rhees (RHEES, 1965, p.19) aponta corretamente que este método – ou melhor, um ensaio dele – é colocado em prática com a distinção entre juízos de valor absoluto e relativo. Segundo o autor, tal distinção deveria, portanto, ser compreendida como trazendo à tona determinados aspectos do uso linguístico do predicado “bom”. Isso, por sua vez, revelaria o distanciamento da posição de Wittgenstein na *CE* com relação à sua abordagem essencialista do período do *TLP*. Sendo assim, a *CE* estaria metodologicamente mais próxima da concepção de sentido ou significado, enquanto uso fomentada pela sua concepção de jogo de linguagem (RHEES, 1965, p.20).

Conforme enfatizado diversas vezes, para a leitura convencional, a concepção wittgensteiniana de ética é apenas um subproduto das suas reflexões sobre a linguagem. Sendo assim, deveria ser possível identificar a mesma configuração conceitual na concepção de ética de Wittgenstein na *CE*. De acordo com Rush Rhees, a mobilização da distinção entre tipos de juízos é também uma evidência disso. Para ele, Wittgenstein com certeza não a teria traçado, tivesse ele permanecido no panorama conceitual de ética do *TLP* (RHEES, 1990, p.186). Pois, tal como ele e o grupo de autores em questão defendem, nesse panorama expressões éticas não poderiam ser formuladas de qualquer forma. Esse movimento, por sua vez, seria o prelúdio de uma forma inteiramente nova de caracterizar a ética a partir de uma perspectiva contextual, cuja forma madura é apresentada nas *IF*, com a mobilização dos conceitos de jogos de linguagem, semelhanças de família e formas de vida

Apesar desse quadro de mudanças conceituais, a *CE*, como dito, é ainda um texto de transição. Por isso, ela deveria ainda apresentar uma ligação com o período tractariano da filosofia de Wittgenstein. Rush Rhees (1965, p.25) identifica isso novamente na sua mobilização de exemplos. Nos comentários introdutórios à *CE* Wittgenstein afirma que, em vez de simplesmente formular uma definição da natureza do juízo ético, fornecerá uma gama de exemplos. O objetivo disso segundo, ele, é fazer os espectadores mentalizarem “[...] uma imagem dos traços típicos que todos eles compartilham” (WITTGENSTEIN, 2005, p.216). Rhees justapõe essa passagem com o procedimento do *TLP*, onde, segundo ele:

“[...] [Wittgenstein] considerava diferentes modos de dizer algo, a fim de encontrar o que é essencial para a sua expressão. Ao ver o que todos esses vários modos de expressar têm em comum, podemos ver o que é arbitrário em cada um deles e distingui-lo do que é necessário” (RHEES, 1965, p.25).

Seu objetivo, com isso, é sugerir que há um posicionamento comum ao *TLP* e à *CE* com relação à concepção de definição real e ao uso dos exemplos. Em ambos os momentos, Wittgenstein sustenta ainda uma primazia das definições com relação aos exemplos, pois sugere-se que estes servem apenas para corroborar definições e, portanto, não existem independentemente delas. Por este motivo também, a exemplificação ainda não possui o perfil filosófico gramatical das *IF*. Sendo assim, Wittgenstein ainda estaria ligado ao seu primeiro momento filosófico nesse ponto. O resultado disto, por sua vez, é o fato de que a concepção de ética ainda não possui o aspecto contextual anteriormente mencionado pelos autores da leitura convencional.

Em suma, para os autores da leitura convencional a *CE* já apresenta um distanciamento com relação à concepção de linguagem sustentada por Wittgenstein no *TLP*. Isso explica por que haveria mudanças na sua concepção de ética também. A partir dessa exposição parece ficar claro que a leitura em questão não se dirige diretamente à ética. Na verdade, tal leitura projeta na concepção de ética certos aspectos da sua concepção de linguagem¹⁴. Segundo julgamos, isso revela um problema metodológico no seu argumento, o qual, em última análise, não parece suficiente para atestar uma mudança na sua concepção de ética do *TLP*.

A CONTINUIDADE DA CONCEPÇÃO DE ÉTICA DE WITTGENSTEIN

Segundo julgamos, Rush Rhees e os autores da leitura convencional estão corretos em apontar que a distinção entre juízos de valor relativo e juízos de valor absoluto representa um passo em direção à filosofia madura de Wittgenstein. Consequentemente, isso também parece atestar um afastamento da sua concepção de linguagem no *TLP*. Afinal, a *CE* está cronologicamente afastada do *TLP* por cerca de 9 anos. Com efeito, como afirma Janyne Sattler, esse não é um espaço de tempo irrelevante e muito desta última obra já tinha sido colocada em questão então (SATTLER, 2013, p.186). Apesar disso, como tentaremos mostrar, essas mudanças na concepção de linguagem de Wittgenstein não implicam necessariamente uma mudança na sua concepção de ética¹⁵, como quer a leitura convencional. Em sentido

14 Segundo James Klagge algo do mesmo gênero geralmente ocorre quando se pensa a relação entre a concepção de ética de Wittgenstein e a sua concepção de semelhanças de família das *IF* (KLAGGE, J. C. Wittgenstein and von Wright on Goodness. *Philosophical Investigations*, v.41, n.3, p.291–303, 2018, p.3).

15 Aliás, é bastante comum considerar a *CE* como um texto do primeiro período filosófico de Wittgenstein precisamente pelo fato dele reafirmar nele as consequências do panorama tractariano de linguagem sobre a ética (Cf. ARRINGTON, R. L. Wittgenstein and Ethics. In: GLOCK, H.-J.; HYMAN, J. (Eds.). *A companion to Wittgenstein*. 1. ed. Hoboken: Wiley Blackwell, 2017. p. 605–611, p.607; DIAMOND, C. ETHICS, IMAGINATION AND THE METHOD OF WITTGENSTEIN'S TRACTATUS. In: CRARY, A.; READ, R. (Eds.). *The new Wittgenstein*. 1. ed. London: Routledge, 2001. p. 149–173, p.162; KUUSELA, O. Wittgenstein, Ethics and Philosophical Clarification.

contrário, enfatizaremos a continuidade da concepção de ética de Wittgenstein, mostrando como ela é recontextualizada no estágio do desenvolvimento filosófico de Wittgenstein em que se encontra a *CE*. Um dos argumentos principais para demonstrá-lo requer um retorno à distinção tractariana entre dizer e mostrar.

Como vimos, a função dessa distinção no *TLP* era enfatizar a necessidade de um tratamento diferenciado para juízos necessários, tais como as “proposições da lógica” e, por extensão, as expressões valorativas éticas. A postulação dessa diferença de tipos parece ser exatamente o tipo de intenção que está por trás da distinção entre juízos relativos e absolutos na *CE*. Conforme discutido, Wittgenstein a formula para ressaltar uma diferença entre esses dois tipos diferentes de valoração, as do primeiro caso podem – e devem – ser entendidas em termos empíricos, pois, em última análise, elas tratam de descrições de estados de coisas contingentes. As do segundo caso, por outro lado, não o podem – tampouco devem – ser tratadas assim. Tendo isso em mente, segundo Janyne Sattler (2013, p.190-1), embora Wittgenstein não mencione a distinção entre dizer e mostrar na *CE*, ela ainda assim está presente no texto, uma vez que Wittgenstein mantém a intenção argumentativa para a qual ela era mobilizada.

Essa diferença se torna clara nos tipos de reações que são esperadas quando do proferimento desses juízos. Wittgenstein a demonstra com um exemplo de uma exigência valorativa relativa de alguém que vê outra pessoa jogando tênis mal e afirma “Você joga bastante mal”. Poderíamos imaginar que o que tal pessoa tem em mente quando afirma isso é que o mau jogador de tênis *deve* jogar melhor. Segundo Wittgenstein, porém, é esperado e totalmente justificado que o mau jogador responda “Sei que estou jogando mal, mas não quero fazê-lo melhor” (WITTGENSTEIN, 2005, p.217). Em contraste, esse não é o caso para uma resposta a uma exigência valorativa absoluta, por exemplo, a exigência de que alguém *deva* se comportar melhor. Não é esperado tampouco justificado que frente a uma exigência do tipo se responda “não quero fazê-lo melhor”.

Para Wittgenstein, essa diferença é explicada pelo fato de que este segundo tipo de exigência faz referência a valores absolutos. Ela é uma exigência para que a pessoa reconheça a dimensão valorativa por trás do que ela está fazendo e, com isso, seja sensibilizada na *forma* como ela enxerga os fatos. É isso, em suma, que Wittgenstein quer dizer ao citar Hamlet. Segundo ele, “Nada é bom ou mau, mas

In: AGAM-SEGAL, R.; DAIN, E. (Eds.). **Wittgenstein's Moral Thought**. New York: Routledge, 2018. p. 37–65, p.43; MONK, R. **Wittgenstein: o dever do gênio**. Tradução: Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.253). Nesse sentido, a única coisa realmente relevante da *CE* seria apenas um tratamento mais exclusivo para a ética. Não subscrevemos totalmente a esta leitura, porque, por outro lado, parece-nos plausível a parte da posição da leitura convencional, segundo a qual há nesse texto mudanças na sua concepção de linguagem.

é o pensamento que o faz assim”¹⁶ (WITTGENSTEIN, 2005, p.218). Em outras palavras, tal como no *TLP*, as expressões éticas fazem referência à nossa capacidade valorativa, ao domínio do sentido.

Outro argumento tractariano que reaparece nesse texto é a interdição de tratar os dois tipos de expressões indistintamente, isto é, de pretender reduzir o domínio do sentido a termos empíricos. Wittgenstein deixa isso claro a partir da diferença de tipos que discutíamos no parágrafo anterior. Segundo ele, “[...] apesar de que se possa mostrar que todos os juízos de valor relativos são meros enunciados de fatos [sem apelo ao domínio do sentido], nenhum enunciado de fato pode *ser* nem implicar um juízo de valor absoluto” (WITTGENSTEIN, 2005, p.218). Ou seja, como dizíamos antes a partir de Gaita, quando fazemos apelos ao domínio do sentido, os fatos geralmente estão fora de questão. Isso, por sua vez, é expresso no modo que falamos de cada coisa, quando falamos sobre ética não utilizamos proposições, pois, para Wittgenstein, “Não há proposições que, em qualquer sentido absoluto, sejam sublimes, importantes ou triviais” (WITTGENSTEIN, 2005, p.218). Isto é, proposições não possuem valor.

Como dito, é possível identificar que há na *CE* elementos suficientes para caracterizá-la como um texto de transição. Nestes dois últimos parágrafos, mostramos como Wittgenstein apresenta claramente uma conexão forte ainda com o horizonte conceitual do *TLP*. Em particular, no que toca à sua compreensão do conceito de proposição a partir de uma unidade conceitual simples caracterizada pela sua capacidade descritiva. Apesar disso, Wittgenstein também demonstra, por outro lado, vários elementos de ruptura com relação a essa perspectiva. Um importante pode ser identificado nos comentários de abertura da conferência. Lá Wittgenstein afirma que vai apresentar

“[...] várias expressões mais ou menos sinônimas[...] e ao enumerá-las pretendo obter o mesmo tipo de efeito que Galton obteve quando colocou na mesma placa várias fotografias de diferentes rostos com o fim de obter a imagem dos traços típicos que todos eles compartilhavam” (WITTGENSTEIN, 2005, p.218).

Como vimos, porém, a leitura convencional ainda compreende este trecho em conexão com o panorama conceitual tractariano. Isso porque a referência

16 Com efeito, Wittgenstein não utiliza um mesmo vocabulário aqui. Na citação, ocorre o termo “pensamento”, enquanto nós falamos de “capacidade valorativa”. Com efeito, Wittgenstein parece estar utilizando esses termos *salva veritate* pelo menos no que toca ao seu significado não empírico. Isso porque logo em seguida Wittgenstein afirma que o que ele chama de “pensamento” pode ser mal compreendido, como se se tratasse de estados psicológicos, isto é, entidades empiricamente verificáveis. Para ele, porém, “[...] um estado mental entendido como um fato descritível não é bom ou mau no sentido ético” (WITTGENSTEIN, 2005, p.218). Aliás, essa ressalva ocorre em outros escritos de Wittgenstein, inclusive no *TLP*, Cf. *TLP* 4.1121, 5.641, 6.423 & WAISMANN, F.; MCGUINNESS, B. **Wittgenstein und der Wiener Kreis**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1996, p.116.

de Wittgenstein a “traços típicos que todos eles compartilham” seria ainda um elemento remanescente da ideia de definição real. Ora, isso parece implausível, porque a posição de Wittgenstein é justamente a de *não* oferecer uma definição do domínio da ética. Nesta perspectiva, Janyne Sattler, compreende esse trecho de outra forma. Segundo a autora, nele Wittgenstein não adota mais a posição habitual com relação à concepção de definição real. Isso porque, afirma ela, poderíamos pensar em inúmeros outros exemplos de definições sinônimas que não mudariam o sentido almejado por Wittgenstein. Esses traços típicos representariam muito mais uma silhueta daquilo que chamamos de ética do que uma imagem estática do ético¹⁷. Portanto, Wittgenstein aqui parece estar muito mais interessado em uma definição aberta e vaga de ética. Tal definição estaria bastante afinada com a forma conceitual apresentada a partir da concepção de jogos de linguagem (SATTLE, 2013, p.189, n.23) e de semelhanças de família.

Há também outros elementos particularmente significativos que contribuem para a plausibilidade do argumento de Janyne Sattler. Um deles é o fato de Wittgenstein utilizar esta mesmíssima imagem de uma fotografia esfumada na sua discussão acerca da concepção de semelhanças de família em *IF 71*. Lá ele se questiona: “Uma fotografia pouco nítida é realmente a imagem de uma pessoa? Sim, pode-se substituir com vantagem uma imagem pouco nítida por uma nítida? Não é a imagem pouco nítida justamente aquela de que, com frequência, precisamos?”. Uma imagem pouco nítida era justamente o que Wittgenstein buscava na *CE*, porque o que está em jogo no domínio do sentido não pode ser colocado em nomes simples definidos através de definições ostensivas e com significado preciso.

A possibilidade de incorporar casos novos, mencionada por Sattler, é outro elemento importante. Tal possibilidade é justamente um corolário da concepção de semelhanças de família, ela decorre do fato de que a unidade conceitual de conceitos de semelhanças de família é determinada por uma rede de propriedades e não por uma única e exclusiva propriedade. Tal como afirma Wittgenstein: “[...] esses fenômenos [...] estão aparentados uns com os outros de muitos motivos diferentes. E por causa desse parentesco ou desses parentescos, chamamo-los (*sic*) todos de linguagens” (*IF 65*). E é por isso que quando percorremos todos os membros dessas e de outras famílias, tal como Wittgenstein faz em *IF 66*, vemos “semelhanças surgirem e desaparecerem”.

Com este último argumento acreditamos ter estabelecido satisfatoriamente nosso ponto. Em suma ele consiste em mostrar que a despeito dos identificáveis

17 Segundo a autora, aliás, era essa a real intenção de Galton ao realizar o procedimento mencionado por Wittgenstein (Cf. SATTLE, Janyne. Wittgenstein’s Lecture on Ethics: Personal Expressions and Moral Commitment. **O que nos faz pensar**, v. 22, n. 33, p. 185–204, 2013, p.189, n.8).

elementos de transição, que ocorrem na *CE* com relação à concepção de linguagem de Wittgenstein, não há uma mudança na sua concepção de ética. Portanto, não parece justificado afirmar, tal como faz a leitura convencional, que Wittgenstein deixa de defender que a ética diz respeito ao domínio do sentido e todas as implicações que isso carrega.

CONCLUSÃO

Ao reafirmar a sua concepção de ética na *CE*, Wittgenstein a recontextualiza dentro de um panorama conceitual de transição. Isso é significativo para a nossa discussão, porque mostra que o principal pressuposto da leitura convencional é problemático, qual seja, pensar a concepção de ética de Wittgenstein como sendo subordinada à sua concepção de linguagem. Caso fosse verdadeiro, isso permitiria identificar alguma reformulação da concepção de ética enquanto domínio do sentido já na *CE*; algo que chegaria ao cume nas *IF*. Esse, porém, não é o caso. Portanto, tal caracterização não parece se adequar aos movimentos conceituais que Wittgenstein apresenta ao longo do seu desenvolvimento filosófico. Com isso, parece ficar claro que uma análise do desenvolvimento da concepção de ética de Wittgenstein deve evitar subsumi-la à sua concepção de linguagem.

Com efeito, isso não é suficiente para defender a hipótese de que Wittgenstein mantém a sua concepção de ética também nas *IF*, mas já é um indício significativo em seu favor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKER, G. P.; HACKER, P. M. S. **Wittgenstein: understanding and meaning. Part I.** Chichester: Wiley-Blackwell, 2005.
- GAITA, R. **The Philosopher's Dog.** 2. ed. London and New York: Routledge, 2004a.
- GAITA, R. **Good and evil: an absolute conception.** 2. ed. London; New York: Routledge, 2004b.
- GLOCK, H.-J. **Dicionário Wittgenstein.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- KUUSELA, O. The development of Wittgenstein's philosophy. In: MCGINN, M.; KUUSELA, O. (Eds.). **The Oxford Handbook of Wittgenstein.** [s.l.] Oxford University Press, 2011. p. 598–620.

REDPATH, T. Wittgenstein and Ethics. In: AMBROSE, A.; LAZEROWITZ, M. (Eds.). . **Ludwig Wittgenstein: philosophy and language**. London: Routledge, 1972. p. 95–119.

RHEES, R. Some developments in Wittgensteins ethics. **The Philosophical Review**, v. 74, n. 1, Durham, p. 17–26, 1965.

RHEES, R. Ethical reward and punishment. In: GAITA, R. (Ed.). . **Value and Understanding**. London: Routledge, 1990. p. 179–193.

SATTLER, J. A ética estoica do Tractatus de Wittgenstein. In: DALL’AGNOL, D.; FATTURI, A.; SATTLER, J. (Eds.). . **Wittgenstein em retrospectiva**. 1. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012. p. 49–66.

SATTLER, J. Wittgenstein’s Lecture on Ethics: Personal Expressions and Moral Commitment. **O que nos faz pensar**, v. 22, n. 33, Rio de Janeiro, p.185–204, 2013.

SATTLER, J. **L’Éthique du Tractatus: non-sens, stoïcisme et le sens de la vie**. Pelotas: NEPFIL online, 2014.

SAVICKEY, B. Wittgenstein’s Use of Examples. In: MCGINN, M.; KUUSELA, O. (Eds.). **The Oxford Handbook of Wittgenstein**. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 668–97.

WAISMANN, F.; MCGUINNESS, B. **Wittgenstein und der Wiener Kreis**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1996.

WALKER, J. Wittgenstein’s earlier ethics. **North American Philosophical Publications**, v. 5, n. 4, p. 219–232, Champaign, Illinois, 1968.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. Tradução: José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.

WITTGENSTEIN, L. **Wittgenstein’s lectures, Cambridge, 1932–1935: from the notes of Alice Ambrose and Margaret Macdonald**. Amherst: Prometheus Books, 2001.

WITTGENSTEIN, L. **Cadernos 1914-1916**. Tradução: João Tiago Proença. Lisboa: Edições 70, 2004.

WITTGENSTEIN, L. Conferência sobre Ética. In: **Ética e Linguagem: uma introdução ao Tractatus de Wittgenstein**. Florianópolis, São Leopoldo: Editora da UFSC, Editora Unisinos, 2005. p. 215–224.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus logico-philosophicus**. Tradução: Luiz Henrique Lopes Dos Santos. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2017.